

O imprevisível

Governo adotou o único caminho que estava à sua frente diante da absoluta incapacidade de continuar honrando os compromissos sobre o serviço da dívida externa — suspendeu os pagamentos. Estes representam cerca de oito bilhões de dólares — de spreads, de taxas de juros, de comissões. Ainda não é possível avaliar as consequências do gesto extremo, esperando as autoridades brasileiras que os banqueiros estrangeiros cheguem para um entendimento razoável.

Há um sentimento de apreensão generalizado no Congresso. O Presidente da República, embora tenso, mostrou-se seguro nos contactos que manteve com diferentes líderes partidários. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em encontro com 12 deputados do PMDB que estão destacados para acompanhar a crise econômico-financeira, à frente Virgílio Sena, também se mostrou seguro e confiante em que o País saltará a fogueira sem grandes traumas.

O Presidente da República e o ministro da Fazenda estão garantindo que o Brasil tem quatro bilhões de dólares de reservas líquidas — sem incluir os créditos impagáveis da Polônia e da Nigéria — e que esse dinheiro está a salvo de qualquer tribunal americano.

Tanto o Presidente quanto alguns dos seus ministros explicam que o Brasil chegou à moratória, não para provocar qualquer idéia de confronto ou de desafio, mas por absoluta impossibilidade (de meios) de continuar pagando o serviço da dívida.

Mais do que isso, o Governo explica que chegou ao gesto extremo porque seria intolerável a única alternativa à mão — ou seja, a ida ao FMI com a aplicação do modelo recessivo que esta instituição costuma prescrever. O Governo brasileiro acha que esse modelo de política recessivista inviabilizaria o projeto democrático em pleno curso.

Nos contactos que tem mantido, nas últimas horas, com os parlamentares do PMDB, Dilson Funaro disse que o Brasil não poderia ficar sujeito a verdadeiro suplício de Tântalo, como o México, que há nove meses luta para conseguir que a unanimidade dos bancos credores (100 por cento mesmo) concorde em fechar o acordo de renegociação.

Outro ponto importante: as autoridades brasileiras não estão dando prazo. O solução pode vir em algumas horas ou demorar um ano ou mais. Funaro está confiante em que a inflação começou a desacelerar a partir da primeira quinzena de fevereiro e que sua tendência é a de queda.

O ponto vulnerável, segundo confessa o próprio ministro da Fazenda, é o crédito interbancário. O ministro sustenta que esse crédito é de 9 bilhões de dólares no financiamento de importações brasileiras de curto prazo. Quatro bilhões compõem outra linha de crédito interbancário para financiar importações nos Estados Unidos e de produtos exportados pelo Brasil. Neste caso, há interesse do importador americano.

O senador Virgílio Távora, um dos especialistas em economia do PDS, mostrava-se preocupado ontem com a decisão do Governo brasileiro, fazendo votos para que a euforia não domine as autoridades governamentais.

Há receio de que os banqueiros partam para uma política de represálias contra o Brasil. Neste caso, a situação poderá agravar-se até um ponto crítico. O Governo brasileiro prefere acreditar que os banqueiros estrangeiros não chegarão a tanto, mas entrarão em negociações, sendo possível conquistar um acordo razoável.

TARCÍSIO HOLANDA